

OPÇÕES ENERGÉTICAS

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

Adotar um rumo, uma opção, mesmo que não seja a melhor, é mais conveniente do que hesitar e não tomar rumo algum. A hesitação do governo passado em adotar um rumo para a política energética nacional criou uma situação que prejudica radicalmente o consumidor, atingido por sucessivos aumentos de tarifas. Essas majorações, feitas sob as mais diversas alegações, têm realmente como objetivo capitalizar o setor para grandes investimentos em geração e em linhas e transmissão, sem o que será impossível um crescimento industrial que possibilite aumento das exportações e o abastecimento interno.

O aumento do consumo interno depende da geração de novos empregos e só poderá ocorrer, de maneira significativa se, ao menos, o poder aquisitivo dos salários – que desceu cerca de 10 por cento, nos últimos quatro anos – deixar de cair. Mas o crescimento das exportações, além de possível, é o principal caminho disponível para o País poder superar suas dificuldades econômicas e gradualmente se liberar dos limites impostos pelo FMI, Fundo Monetário Internacional. Esses limites, se bem que compreensíveis em termos de política monetária, embaraçam o crescimento econômico e, conseqüentemente, a geração de novos empregos.

Quanto à situação de abastecimento energético, melhorou, nas últimas semanas, inclusive para o Nordeste. Um regime adverso de chuvas provocou, há cerca de dois anos, dificuldades que se refletiam em racionamento e na redução do crescimento do PIB, Produto Interno Bruto. Mas agora a situação é diferente.

Os reservatórios da Chesf, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, já alcançam quase 50 por cento de sua capacidade de armazenamento. A mesma condição positiva ocorre em outras regiões, com o que está afastado, por enquanto, o risco de novos períodos de racionamento.

A dependência da geração hidrelétrica e a não realização de obras essenciais, na última década, no setor elétrico, principalmente no que se refere à linhas de transmissão – quase 100 por cento da geração brasileira de energia – asseguram, entretanto, horizontes limitados para o consumidor brasileiro. No período de baixo volume de chuvas, ao longo do leito do São Francisco, que vai de abril a novembro, a geração de eletricidade será normal, capaz, portanto, de atender às necessidades do consumo. Mas em 2004 as chuvas terão que ser novamente suficientes para manter os reservatórios em níveis de segurança.

Comparando-se a situação dos reservatórios nos anos 2000 e 2001, é possível avaliar essa situação de permanente apreensão. Em 2000, os reservatórios nordestinos começaram o período úmido com mais de 70 por cento de sua capacidade. O lago de Sobradinho, responsável por mais de 60 por cento da água fornecida para as usinas da Região, estava com 65 por cento. Mesmo assim, em 2001, com uma quantidade insuficiente de chuvas, aconteceu o racionamento.

O que se pode fazer, em médio prazo, para aumentar os índices de segurança do abastecimento energético, é investir em linhas de transmissão que ampliem e aperfeiçoem a interligação das diversas regiões. Em longo prazo e dependendo da disponibilidade de recursos, outras fontes de geração de energia deverão ser criadas. Tais como geração à gás – usinas termelétricas, madeira cultivada, bagaço de cana, solar e eólica, entre outras.

Optar por novas fontes energéticas significa garantir o desenvolvimento nacional, com a abertura de novas oportunidades de emprego, sendo, pois, uma questão de prioridade, em defesa da própria sociedade.